



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Osório*  
Direção de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação  
Rua Santos Dumont, 2127 | Bairro Albatroz | CEP: 95520-000 | Osório/RS  
Telefone: (51) 3601 3500 - Sítio eletrônico: <http://www.osorio.ifrs.edu.br>  
E-mail: [pesquisa@osorio.ifrs.edu.br](mailto:pesquisa@osorio.ifrs.edu.br)

**EDITAL COMPLEMENTAR IFRS CAMPUS OSÓRIO Nº 38, de 06 DE OUTUBRO DE 2022 -  
SELEÇÃO DE BOLSISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E/OU AO DESENVOLVIMENTO  
TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO**

**RELAÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA E INOVAÇÃO**

**Diagnóstico da gestão pública cultural nos municípios do Litoral Norte gaúcho**

Coordenador: Márcio Rogério Olivato Pozzer

E-mail: [marcio.pozzer@osorio.ifrs.edu.br](mailto:marcio.pozzer@osorio.ifrs.edu.br)

Resumo: A constituição brasileira vigente, desde 1988, avançou na perspectiva das construção de um Estado social, dando atenção para aspectos fiscais e, em algumas áreas, ao desenvolvimento de sistemas de políticas públicas, como o Sistema Único de Saúde (SUS). Desde então, certas áreas sociais constituíram legislações específicas, sobretudo, de repartição dos recursos e das relações intergovernamentais. Contudo, a qualidade dos serviços públicos é muito dispare. As diferenças se dão tanto entre as localidades, quanto entre as áreas de atuação. O alto grau de desigualdade entre as regiões, estados e municípios e, em algumas áreas, como as das políticas culturais, que sofrem com a escassez de mecanismos de coordenação e cooperação intergovernamentais, tanto vertical, entre União, estados e municípios, quanto horizontal, entre os diferentes municípios ou entre os diferentes estados da federação estão entre as principais causas da baixa qualidade dos serviços ofertados à população. Entretanto, mesmo quando lacunas importantes são equacionadas, como o desenvolvimento de um maior grau de institucionalização ou a destinação de maiores recursos financeiros, as gestões públicas locais se deparam com problemas estruturais que impedem o pleno desenvolvimento das políticas públicas. Estes problemas são ainda mais graves nos pequenos municípios, fora das regiões metropolitanas, que não conseguem desenvolver uma política de gestão de pessoas que seja capaz de atrair talentos que possam formular, implementar, monitorar e avaliar as políticas públicas. É o que se tem verificado nas políticas culturais desenvolvidas pelos municípios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, por exemplo. A tradição histórica da qual se forma o campo da política cultural brasileira se caracteriza pela sua não priorização em relação às demais políticas sociais, resultante da insuficiente força política dos variados segmentos artísticos e culturais e, conseqüentemente, pela sua falta de autonomia. Isto redundava em fragilidades estruturais do setor cultural de variados níveis: profissional, social, organizacional e econômica. Assim, tais fragilidades se apresentam como os fatores que melhor explicam a excepcional precariedade institucional que as políticas culturais possuem no país. Um aspecto comum às



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Osório*  
Direção de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação  
Rua Santos Dumont, 2127 | Bairro Albatroz | CEP: 95520-000 | Osório/RS  
Telefone: (51) 3601 3500 - Sítio eletrônico: <http://www.osorio.ifrs.edu.br>  
E-mail: [pesquisa@osorio.ifrs.edu.br](mailto:pesquisa@osorio.ifrs.edu.br)

trajetórias das políticas culturais é a sua significativa dependência dos governos, imbricado no patrimonialismo que caracteriza, historicamente, as relações políticas, econômicas e sociais de sua sociedade, que em termos de políticas públicas, privilegiam políticas de governo em detrimento das políticas de Estado, auferindo um elevado nível de instrumentalização partidária ou corporativista das ações, projetos e programas. Assim, a retomada da perspectiva de se constituir um Estado social, a partir do início do século XXI, para muito além das políticas culturais, encontrou diversos obstáculos e fortes resistências. Estas dinâmicas patrimonialistas, que tendem a ser mais agudas nos governos subnacionais, demandam ambientes com baixos níveis de institucionalização e, portanto, se opõem à perspectiva da constituição de sistemas, na medida em que as redes de cooperação fortalecem as bases republicanas de funcionamento do Estado. As condições subnacionais de promover as políticas públicas estão, em geral, condicionadas à adesão dos governos locais e regionais à transferência de atribuições por parte do ente central. Esta tomada de decisão baseia-se em cálculos políticos em que as variáveis são múltiplas. Além do cálculo eleitoral, de curto prazo, avalia-se os benefícios fiscais e políticos institucionais, bem como a disponibilidade dos recursos fiscais e administrativos próprios dos quais a administração subnacional conta para desempenhar tal função. Contudo, no auge dos processos de descentralização, as políticas culturais estavam fora do espectro dos serviços que poderiam ser delegados, pelo simples motivo de que, apesar de existentes e em alguns casos muito relevantes política e socialmente, elas eram escassas e muito localizadas, sobretudo nos grandes centros urbanos. Na prática, o que ocorreu nas últimas décadas foi um processo de expansão e interiorização dos serviços culturais por meio da distribuição dos recursos financeiros e da delegação de certos poderes. Entretanto, este processo não representa, necessariamente, a qualidade dos serviços públicos prestados. Em geral tem se observado a ausência de bens e serviços culturais na maioria das localidades, reproduzindo as desigualdades territoriais. Em alguns casos, sobretudo nos grandes centros urbanos, verificam-se duplicidades administrativas, disputas intergovernamentais e ineficiências operacionais que prejudicaram as políticas públicas culturais. O objetivo da pesquisa é avançar na reflexão sobre a gestão das políticas culturais no Litoral Norte gaúcho a partir das relações capacidade técnica de seus órgãos político-administrativos na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas culturais. Deixando como produtos amplos levantamentos (1) sobre as políticas culturais dos municípios; (2) sobre as metas definidas, bem como pelos indicadores desenvolvidos e seus respectivos usos e alcances; e (3) sobre as execuções orçamentárias dos municípios acerca das políticas culturais no período que abrange 2012 a 2021. Para tanto, será utilizada uma abordagem histórica-institucional a partir de revisão bibliográfica e investigação documental que pretende criar uma análise qualitativa e quantitativa acerca da capacidade de gestão no que tange às políticas culturais no âmbito da Litoral Norte gaúcho, no período compreendido entre 2012 e 2021. Esta pesquisa, realizada em parceria com alguns órgãos públicos municipais de gestão cultural, tem um elevado potencial de corroborar com um movimento de transformação dos serviços públicos culturais prestados. A devolutiva à



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Osório*  
Direção de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação  
Rua Santos Dumont, 2127 | Bairro Albatroz | CEP: 95520-000 | Osório/RS  
Telefone: (51) 3601 3500 - Sítio eletrônico: <http://www.osorio.ifrs.edu.br>  
E-mail: [pesquisa@osorio.ifrs.edu.br](mailto:pesquisa@osorio.ifrs.edu.br)

comunidade, em forma de relatórios e de projetos de extensão auxiliará os poderes públicos locais a planejarem suas ações, projetos e programas, evitando sobreposições, estabelecendo prioridades e dando ferramentas para se constituir redes de cooperação que podem vir a se transformarem em sistemas de políticas públicas. Além de municiar a população de dados e informações que podem incentivar a participação e qualificar o controle social.